

Democracia, liberdade e justiça (fev2022)

Ao escrever nos muros da vila, em letras enormes e vermelhas, as palavras DEMOCRACIA, LIBERDADE e ELEIÇÕES LIVRES, não imaginava a transformação que esse gesto provocaria na minha vida. Era de noite, estávamos em 1973, tínhamos acabado o liceu, era a nossa primeira missão clandestina e a polícia apanhou-nos de madrugada, com as mãos cheias de tinta... Mas o mais importante não foi isso, mas sim o que aconteceu, desde esse dia, dentro de mim: fui apanhado por estas palavras enormes e vermelhas, LIBERDADE e DEMOCRACIA, que tinham ficado impressas e dispersas pelas paredes das aldeias vizinhas. Sem eu perceber como, as palavras ficaram também escritas na minha pele, romperam-na e passaram a fazer parte de mim, até chegarem ao meu esqueleto, tendo-me transfigurado para o resto da vida.

Foram e são a minha sede. A elas a vida juntou a JUSTIÇA, o pé que faltava ao tripé. Primeiro, orientaram a minha ação como dirigente estudantil (1973-1977), iluminando os nossos debates permanentes em torno da justiça e da igualdade na escola, depois iluminaram o meu trabalho como professor e dirigente escolar (1979-1983), na luta contra a desigualdade de acesso à educação e o abandono escolar, mais tarde fundamentaram o lançamento do ensino profissional no nosso país (1989-1993), gerando oportunidades de acesso ao nível secundário e de realização pessoal a muitos milhares de jovens que não prosseguiram estudos e, ainda hoje, são essas as palavras que presidem ao Projeto Socioeducativo Arco Maior (2013-2022), onde nos empenhámos a levantar os jovens caídos do sistema escolar, depois de terem sido marginalizados pela escola pública, que afinal ainda não é para todos e com cada um. Ao longo destes anos, aprendi a amar o meu país tal como ele é e a detestar o faz de conta; a amar as suas paisagens e as suas gentes tais como são, a conhecer de perto, carne com carne, os seus gestos visíveis e os seus sonhos dormentes. A luta pela liberdade, pela democracia e pela justiça não foi interrompida em 1974, com o 25 de abril, nem por volta do ano 2000, quando todas as crianças passaram a aceder à escola e a frequentar uma escolaridade de nove anos. Portugal foi e continua a ser um país imensamente desigual, com muitos cidadãos e instituições pouco amantes da liberdade e com um gigantesco défice de participação democrática. A própria expressão livre e desalinhada das opiniões no espaço público continua a ser desvalorizada e perseguida por governantes, dirigentes da administração pública, autarcas e outros poderes instituídos.

A ditadura foi cruel para a cultura dos portugueses e deixou marcas muito cavadas num país que já era profundamente estatista, em termos históricos. Um país que as elites dirigentes têm catalogado como tendo “uma sociedade civil débil”, seja porque assim perpetuam o seu estatismo e dominação, seja porque deste modo desvalorizam e descredibilizam a cultura e as vozes que lutam pela justiça, seja ainda porque apoucam a sede de liberdade que habita qualquer ser humano e a vontade de participação que povoa tantos cidadãos e instituições. A forma mais cruel de matar uma flor é mesmo não a regar e, entretanto, ficar a seu lado a lamentar a sua evidente e inerente fragilidade.

Nunca imaginei que a promessa do acesso à escola e do sucesso escolar para todos, por nós tão desejada e posteriormente bem plasmada na Constituição e na Lei de Bases, ainda estivesse por cumprir passados cinquenta anos. O acesso à educação e o sucesso escolar são de facto uma condição essencial de justiça e de democracia e

representam a janela mais claramente aberta sobre a liberdade, desde logo porque é condição de salvaguarda da dignidade pessoal de todos e de cada um dos cidadãos. É claro que fizemos uma evolução espantosa, décadas a fio, e já conseguimos garantir o acesso de todos os cidadãos à escola, com taxas de escolarização da população mais jovem que nos aproximam de qualquer país europeu. A recuperação do atraso estrutural foi de facto notável. Foram tempos gloriosos!

Todavia, estamos longe de garantir as condições de sucesso a todos e a cada um(a). As reprovações atingem ainda valores muito elevados e o “fracasso escolar” ainda expulsa da escola milhares de jovens, apesar de este número ter vindo a diminuir consistentemente. E os atingidos são sempre os mais pobres, as crianças oriundas de famílias com menos capital escolar, os adolescentes em situação de maior vulnerabilidade.

O país permanece muito desigual (com cerca de 22% da população jovem em risco de pobreza ou exclusão social), a pobreza tem sido mais alimentada e reproduzida intergeracionalmente do que combatida e a escola continua a revelar que os seus vincos têm a forma destas desigualdades, reproduzindo as muito diferentes condições de sucesso que existem pelo país (nas maiores cidades, por ex., continuamos a ter uma inadmissível divisão entre escolas públicas para pobres e para ricos).

Reproduzimos de forma contínua, insistente, violenta, naturalizada e geralmente despercebida, um modo escolar de produção da exclusão, que atira muitos adolescentes para a margem, sem certificação escolar e sem competências académicas básicas, mantendo-os enclausurados nos seus bairros, ali permanecendo invisíveis para o resto da sociedade (pelo menos durante o dia!).

No trabalho socioeducativo em que participo desde há dez anos, o Arco Maior, que consiste em identificar e acolher estes jovens excluídos e proporcionar-lhes outras oportunidades educativas, baseadas na proximidade e no respeito, na identificação e promoção das suas capacidades, no acompanhamento e na construção de novos projetos de vida, constato que tudo podia ser diferente, que a exclusão escolar pode ser banida da escola pública, ultrapassando as práticas degradadas de inclusão.

Passados quase cinquenta anos desse dia de batismo político, em que as palavras escritas nas paredes me ficaram inscritas na alma, continua a ser preciso denunciar: as desigualdades sociais que persistem tão profundas, marcando gerações de famílias ao longo de décadas; as políticas que querem subjugar a educação à competitividade, à seletividade escolar e social e à performatividade exibicionista dos resultados; as escolas que se dizem inclusivas e praticam a marginalização dos alunos que não querem, culpabilizando-os e fazendo-os crer que são eles que não querem a escola; os gestos profissionais dos docentes que catalogam algumas crianças, as rotulam com infundáveis listas de incapacidades, as reprovam sistematicamente e as inundam com “apoios pedagógicos” inapropriados; as autarquias para quem a educação é uma sexta ou décima prioridade de desenvolvimento dos territórios, que não mobilizam a comunidade para o irrecusável investimento na educação, cuidando de não deixar um única criança, jovem ou adulto para trás, ...

Como para o fazer já não faz sentido pintar as paredes da cidade, vou publicar um livro sobre o “modo de produção da exclusão escolar”, um ensaio à procura de uma escola mais justa. Olhar a escola a partir dos excluídos, cinquenta anos depois! Quem diria!

Mas a liberdade, a justiça e a democracia ou se amam e regam, todos os dias, ou morrem. De nada vale fazer de conta ou ficar a lamentar a sua fragilidade!